

## Reflexões sobre o ensino de música no contexto da deficiência em artigos publicados nas Revistas da ABEM

Rosângela Silva do Carmo  
SMED  
zanpt@yahoo.com.br

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar produções publicadas nas Revistas da ABEM sobre o ensino de música no contexto da deficiência, e trazer algumas reflexões nelas presentes. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica no site da ABEM, inicialmente a partir da leitura dos títulos, em que foram selecionados aqueles que continham palavras ou expressões referentes à educação especial e seu público-alvo, seguida da leitura dos resumos e das introduções dos artigos. Apesar de reconhecerem o crescimento das pesquisas referentes a esta temática, os autores informam que ainda se faz necessário aprofundar as reflexões sobre formação do professor, mecanismos de avaliação, propostas metodológicas, adaptações, recursos necessários para a aprendizagem musical de alunos com deficiência, dentre outros aspectos.

**Palavras-chave:** Ensino de música, deficiência, inclusão.

### Introdução

No percurso histórico das sociedades, encontram-se diversas construções e acordos sociais que formam sua identidade cultural. No bojo dessas construções estão presentes também diversas formas de compreender as pessoas com deficiência. O olhar não consensual, essa diversidade de entendimento, demonstra que não existe uma forma apropriada, única de vê-las (PICOLO, 2012). Desde as sociedades mais antigas, em que eram vistas como monstros, até as mais atuais que as designam como deficientes, essas pessoas ocupam lugares na sociedade que vão desde a sua presença como objeto de estigma, chacota e diversão até como alvo de tortura e eliminação. A forma de ver este público determina como ele será inserido, ou não, na sociedade.

Historicamente, no Brasil, essas pessoas já experimentaram diversos momentos de exclusão social, às vezes das formas mais cruéis, como relata Lobo (2008). O cenário atual, embora não seja perfeito, apresenta-se mais humanizado diante das propostas trazidas pelo paradigma de suporte, ao estabelecer que toda a sociedade deve se reorganizar a fim de promover os recursos necessários para que este público possa participar da vida social da mesma forma que as pessoas sem deficiência. No âmbito educacional, a escola participa deste momento não apenas ao viabilizar a matrícula desses alunos, como também ao fornecer-lhes os recursos necessários para o cumprimento da sua trajetória escolar.

A inserção do ensino da arte na educação básica determinada por meio da Lei nº 13.278/16, que se propõe a oferecer conhecimentos que permitem aos alunos ampliarem sua visão de mundo, propicia aos com deficiência outras formas de se expressar e comunicar a partir das linguagens artísticas que constituem este componente curricular. O ensino de música direcionado para este público, compreendido como educação musical especial, uma vez presente na escola, participa do processo de inclusão do aluno com deficiência.

Ao falar sobre o ensino de música nesse contexto, Louro (2012, p. 57) discorre sobre a aprendizagem musical da pessoa com deficiência, assinalando que esta é tão possível quanto o é para quem não tem tais limitações, embora a autora sinalize a importância de “lembrar que sempre haverá necessidade de adaptações, tanto do material utilizado em aula, como também da metodologia empregada”. Isto requer um olhar atento para as potencialidades desse aluno, com vistas a proporcionar-lhe condições para superar suas limitações e oferecer ferramentas que lhe permita avançar no processo de aprendizagem.

A educação musical especial poderá contribuir oferecendo suportes que auxiliam no desenvolvimento deste público. Segundo Gainza (1988, p. 87), “a influência e o poder que caracterizam a música como coadjuvante do desenvolvimento integral do ser humano aparecerão especialmente destacados no caso dos indivíduos que apresentam deficiência”. Esta contribuição se efetiva ao colocar o aluno com deficiência em contato com a música, visto que a prática musical envolve vários aspectos: social, cognitivo e motor, além de

possibilitar outras formas de comunicação e expressão.

A despeito do aumento do número de matrícula de alunos com deficiência na Educação Básica e da importante contribuição que o ensino de música tem oferecido para seu processo de desenvolvimento, ao realizar uma revisão bibliográfica nas Revistas da ABEM, identificou-se que o número de publicações sobre o ensino de música relacionado às deficiências é limitado nesses periódicos, resumindo-se a apenas cinco. Entretanto, ao considerar também a ampliação dos professores que estão atuando nesse contexto e dos pesquisadores que estão discutindo a temática, acredita-se que a literatura concernente tenderá a ampliar-se. Dentre os objetivos presentes nesses estudos está a elaboração de materiais adaptados e metodologias, formação dos professores, tentativa de dialogar com a educação musical, conhecimento da arte do ensino de música a portadores de deficiência, compreensão das deficiências e dos aspectos teóricos destas, bem como o acesso de alunos deficientes ao ensino superior.

## Reflexões sobre a deficiência

Em estudos sobre a deficiência presentes na literatura, comumente se observa o predomínio do olhar externo, de quem não é deficiente, e isso, quando não impossibilita, dificulta uma compreensão vinda do ponto de vista do próprio deficiente. Instituições foram criadas para atendê-lo, mas sempre partindo da perspectiva de quem está de fora da condição de deficiente. Entretanto, em 1976, foi constituída a primeira organização pública de deficiência, a UPIAS<sup>1</sup>, formada e gerenciada por deficientes. Ela foi resultado de uma carta escrita por um sociólogo deficiente físico, chamado Paul Hundt, considerado como um dos precursores do modelo social da deficiência, no Reino Unido. Na carta, enviada ao jornal inglês *The Guardian*, em 20 de setembro de 1972, ele dizia,

[...] as pessoas com lesões físicas severas encontram-se isoladas em instituições sem as menores condições, onde suas ideias são ignoradas, onde estão sujeitas ao autoritarismo e, comumente, a cruéis regimes. Proponho a formação de um grupo de pessoas que leve ao Parlamento as ideias das pessoas que, hoje, vivem nessas instituições e das que potencialmente irão substituí-las (DINIZ, 2007, p. 13).

---

<sup>1</sup> Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação.

O autor da carta denuncia as formas cruéis de tratamento recebidas por deficientes e sugere a criação de um espaço onde as ideias destes indivíduos pudessem ser consideradas, onde eles exercessem um papel atuante e protagonista, sendo escritores de sua própria história. A partir desta denúncia, o modelo tradicional da deficiência que atribuía todas as mazelas daí advindas ao próprio indivíduo, como uma “tragédia pessoal”, passou a ser questionado. Surge então o modelo social da deficiência, que retirava do indivíduo “a responsabilidade pela opressão experimentada pelos deficientes e a transferia para a incapacidade social em prever e incorporar a diversidade” (DINIZ, 2007, p. 15). Buscou-se então compreender se o estado não seria juntamente responsável pelas tragédias advindas dos processos legitimados de inclusão, ao permitir a existência de organizações sociais e políticas pouco sensíveis à diversidade corporal (Idem, p. 17).

Dando um salto para o ano 2007 e também com um viés social, a política de inclusão passou a propor a criação de uma rede de apoio em que todos os setores da sociedade devem oferecer suportes necessários para atender o público com deficiência. No âmbito da escola, o aumento no número de matrícula de alunos com deficiência lança para os profissionais da educação o desafio de promover essa rede de suporte e a necessidade de superar barreiras atitudinais historicamente consolidadas na sociedade em relação às formas de compreender este público.

Com base nos dados oficiais das séries históricas do Censo Escolar que trazem informações anuais desde 1998, Prieto (2010, p. 67) relata que “desde aquele primeiro ano [...], as matrículas na educação especial subiram de 337.326 para pouco mais de 654.505, patamar de 2007”. É possível encontrar uma atualização desses números no Censo da Educação Básica, no qual consta que, no período entre 2009 e 2014, houve um aumento de 38,6%, passando de 639.718 para 886.815 o número de alunos deficientes matriculados na Educação Básica. Isto reflete diretamente na prática dos professores que atuam neste contexto.

Ainda que de forma moderada, a educação musical especial está cumprindo seu papel nessa rede de apoio por meio dos professores que estão atuando em contextos

inclusivos e refletindo sobre suas práticas, bem como de estudiosos e pesquisadores que vêm dedicando-se à temática em questão.

## **Ensino de música e deficiência: breve levantamento**

A fim de identificar publicações sobre o ensino de música relacionado à deficiência nas Revistas da ABEM, realizou-se neste estudo uma busca em todas as edições, de 2000 até 2017, inicialmente a partir da leitura dos títulos, selecionando aqueles nos quais contivessem expressões ou palavras associadas à educação especial e seu público-alvo<sup>2</sup>, tais como: deficiência, autismo, TEA, educação especial, inclusão, braile, libras, sala de recursos multifuncionais. As terminologias *musicoterapia* e *inclusão social* foram descartadas. A essa etapa seguiu-se a leitura dos resumos e das introduções dos artigos, a fim de identificar reflexões apontadas pelos pesquisadores, independentemente das posições teóricas expressas por estes, apesar da compreensão da relevância que o aporte teórico representa para a investigação (TRIVINOS, 2011).

Embora conste da lista de interesses da ABEM a contribuição para que o ensino de música com qualidade e de forma sistemática esteja presente principalmente na educação básica, a ampliação do número de matrícula de alunos com deficiência neste contexto não causou impacto suficiente para que a temática tivesse representatividade nas produções sobre ensino de música no contexto da deficiência nas Revistas da ABEM, visto que as publicações sobre esta temática só começaram a ser publicadas neste periódico a partir de 2015, período em que já se registrava considerável quantidade de alunos com deficiência nas escolas em todo o território nacional. Seguem alguns dados presentes nas produções localizadas.

No artigo intitulado *“La enseñanza de la Musicografía Braille: consideraciones sobre la importancia de la escritura musical en Braille y la transcripción de materiales didácticos”*, os autores buscam opinião de especialistas no sentido de colher informações sobre a importância de aspectos teóricos e práticos circunscritos na música em braile para o processo de aprendizagem musical do deficiente visual. Chamam a atenção para a falta de

---

<sup>2</sup> De acordo com o MEC, fazem parte do público-alvo da educação especial alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

“bibliografia atualizada relacionada a materiais didáticos, transcrição de pontuações, pessoas treinadas para ensiná-lo e publicações relacionadas com o tema”, e também para a necessidade de “expandir a força de trabalho de profissionais capacitados para o ensino de cegos, bem como aumentar o desenvolvimento de novos materiais adaptados que facilitem a aprendizagem”. Sinalizam ainda que a falta de acesso a uma educação de qualidade compromete a entrada de pessoas deficientes em conservatórios e escolas de música especializadas, além de representar um obstáculo para sua profissionalização (GIESTIERA, GODAL e ZATTERA, 2015).

No artigo *“Educação musical especial: produção brasileira nos últimos 30 anos”* foi realizado um levantamento das produções acerca da educação musical especial em dissertações e teses, revistas da área de educação musical e educação especial e em anais de congressos relacionados às mesmas áreas. Os autores constataram que, a despeito do crescimento nas produções, ainda são escassas as informações sobre especificidades das deficiências, mecanismos de avaliação das habilidades musicais de pessoas com deficiência, propostas metodológicas e recursos necessários à aprendizagem musical desta população. Chama a atenção para a importância de se lançar um olhar atento para a educação musical especial, uma vez que ela se caracteriza como “um campo de interface entre educação musical e educação especial”, a fim de constatar de que forma educadores estão enfrentando o desafio de ensinar música para alunos com necessidades educacionais especiais (FANTINI, JOLY e ROSE, 2016).

A autora do artigo intitulado *“Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música”* cita grandes compositores como Bach e Beethoven que, a despeito da deficiência auditiva, mantiveram sua produção musical, e chama a atenção para o avanço nas produções sobre o ensino de música para surdos desenvolvido por Evely Elizabeth Ann Glennie, musicista surda. Propõe uma ampliação da reflexão sobre formação do professor e delineamento de interfaces com a educação musical, no sentido do preparo do professor para atuar com alunos deficientes e no âmbito da educação básica. Menciona que pesquisas direcionadas para a inclusão de alunos com deficiência nesse contexto estão corroborando para estimular os educadores musicais na criação de estratégias de aprendizagem e elaboração de materiais

adaptados para desenvolver o ensino de música para este público. Apresenta ainda ações de pesquisa “que contribuem para a formação do professor de música que atuará com alunos com deficiência” (SCHAMBECK, 2016).

A fim de enfrentar os desafios encontrados na atuação docente com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), as autoras do artigo “*Educação Musical e TEA: um panorama das publicações nacionais*” buscaram, por meio de cursos de aperfeiçoamento em outras áreas do conhecimento, o desenvolvimento profissional e o aprofundamento teórico e prático sobre o ensino de música para este público. Neste processo, encontraram dificuldades “no acesso a materiais e referenciais específicos que pudessem fundamentar os planejamentos das aulas, considerando as relações entre TEA e Educação Musical” (PENDEZA e DALLABRIDA, 2016). O artigo apresenta ainda um levantamento realizado na literatura a fim de investigar a relação entre Educação Musical e o Transtorno do Espectro Autista (TEA). As autoras sinalizaram a importância do entendimento sobre as deficiências no Brasil e a caracterização do TEA, e buscaram informações sobre quais as metodologias mais utilizadas e o embasamento teórico sobre o tema em questão.

Os autores do artigo “*Deficiência visual no ensino superior de música: ações, recursos e serviços sob a perspectiva de quatro egressos*” relatam a trajetória de estudantes com deficiência visual no ensino superior. Apresentam números referentes à matrícula desses alunos em cursos de graduação nas IES, bem como “Políticas e programas que visam garantir os princípios de valorização da diversidade da acessibilidade e da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola regular e em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino”. A partir da investigação sobre quais os principais recursos, serviços e ações que viabilizaram o acesso, a permanência e a conclusão do caminho acadêmico, os autores identificaram que, além das ações governamentais, uma rede de apoio formada por familiares, professores e monitores contribuiu para a permanência desses estudantes no curso de graduação, revelando de forma efetiva a oferta de recursos necessários para a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior (JUNIOR e SCHAMBECK, 2017).

## Considerações

O modo como o deficiente é tratado em cada sociedade, bem como os papéis que desempenha na vida social, é reflexo da forma como a deficiência é compreendida em cada contexto e isso vai determinar realidades de inclusão ou exclusão. Do estado emana o poder de legitimar ou não tais condições ao estabelecer organizações sociais favoráveis a todas as formas de estar no mundo. Se o modelo tradicional imputava ao deficiente a responsabilidade pelas mazelas causadas pelas limitações a que estavam fadados, o modelo social denuncia a corresponsabilidade do estado na legitimação e manutenção desse estado de coisas.

Neste cenário, a política de inclusão representa uma possibilidade de reparação e, ao estabelecer a criação de uma rede de apoio para atender as pessoas com deficiência, divide a responsabilidade com toda a sociedade que deve contribuir para a efetivação do processo de inclusão social.

Compreendendo que o aluno com deficiência faz parte do público-alvo da educação especial e das políticas de inclusão estabelecidas pelo MEC, como o programa *Educação Inclusiva: direito à diversidade*, por exemplo, quando um dos desdobramentos dessas determinações legais lhe possibilita entrar em contato com o ensino de música, o aluno com deficiência passa a ser “alvo” também da Educação musical especial. Esta participa deste momento ao contribuir para o processo de desenvolvimento de alunos com deficiência, por intermédio de professores e pesquisadores em música que vêm buscando ferramentas metodológicas e aportes teóricos eficazes para promover o ensino musical para este público. Ademais, atende a um dos objetivos da Revista da ABEM que é divulgar a pluralidade do conhecimento em educação musical.

Entretanto, conforme relataram os autores dos trabalhos publicados neste periódico, a literatura sobre o ensino de música para pessoas com deficiência ainda é escassa, o que revela a necessidade de ampliação bibliográfica e aprofundamento das reflexões sobre esta temática. Dentre os pontos que solicitam uma busca e um olhar mais cuidadosos estão mecanismos de avaliação das habilidades da pessoa com deficiência, propostas metodológicas, adaptações e recursos necessários, formação do



professor, a fim de promover um ensino de música de qualidade também para os alunos deficientes.

## Referências

DINIZ, Débora. *O que é Deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FANTINI, Renata Franco Severo; JOLY, Ilza Zenker Leme. ROSE, Tânia Batista Santana de. Educação musical especial: produção brasileira nos últimos 30 anos. *Revista da ABEM*, Londrina, v.24, n. 36, p. 36-54, 2016.

GAINZA, Violeta Hemsy. *Estudos de psicopedagogia musical*. São Paulo: Summus editorial, 1988.

GIESTIEIRA, Adriano Chaves; GODAL, Pere; ZATTERA, Vilson. La enseñanza de la Musicografía Braille: consideraciones sobre la importancia de la escritura musical en Braille y la transcripción de materiales didácticos. *Revista da Abem*, Londrina, v.3, n. 34, p. 138-151, 2015.

JUNIOR, Daltro Keenan; SCHAMBECK, Regina Finck. Deficiência visual no ensino superior de música: ações, recursos e serviços sob a perspectiva de quatro egressos. *Revista da ABEM*, Londrina, v.25, n.39, p. 160-174, 2017.

LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: Pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

LOURO, Viviane. et al. *Fundamentos da aprendizagem musical da pessoa com deficiência*. São Paulo: Editora Som, 2012.

PENDEZA, Daniele; DALLABRIDA, Iara Cadore. Educação Musical e TEA: um panorama das publicações nacionais. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 24, n. 37, p. 98-113, 2016.

PICCOLO, Gustavo M.; MENDES, Enicéia G. Revista Educação Especial nas pegadas da história: tracejando relações entre deficiência e sociedade. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 29-42, 2012.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Políticas de inclusão escolar no Brasil: sobre novos/velhos significados para educação especial. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia. *Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação inclusiva*. São Paulo: Junqueira&Martin, 2010. P. 61-78.

SCHAMBECK, Regina Finck. Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 24 n. 36, p. 23-35, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2011.